

Pesquisa em jornalismo: O desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX

Jorge Pedro Sousa*

Índice

Introdução	1
1 A génese do campo científico dos Estudos Jornalísticos	2
2 O campo do jornalismo: Do século XVII ao século XIX	6
3 O estudo da imprensa como instituição social no século XIX	9
4 Outros contributos pioneiros para a génese do jornalismo como campo de estudos e de conhecimento até ao século XIX	10
Conclusões	11
Bibliografia	12

Sumário

Neste texto, sumaria-se a evolução da pesquisa e reflexão sobre jornalismo entre o século XVII e o século XIX, concluindo-se que a sua génese é europeia. O pensamento jornalístico europeu dos séculos XVII, XVIII e XIX providenciou a matriz em

*Centro de Investigação Media & Jornalismo, Lisboa, Portugal, e Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt. Este artigo foi originalmente publicado na revista *Verso & Reverso*, da Universidade do Rio Sinos (UNISINOS).

que se desenvolveram os Estudos Jornalísticos posteriormente, pois deu atenção: (1) à interação entre jornalismo, pessoas e sociedade; (2) à retórica do jornalismo (ao discurso jornalístico); (3) à crítica do jornalismo, muitas vezes no campo da discussão sobre a liberdade de expressão e de imprensa; e (4) à história do jornalismo.

Palavras chave: Jornalismo; história do jornalismo; história da pesquisa em jornalismo; teoria do jornalismo.

Abstract

In this text we summarize the evolution of the research about journalism between the 17th and the 19th centuries. We conclude that research about journalism began in Europe. The European thought about journalism provided the matrix that framed the development of journalism studies and journalism theory subsequently, because the European thought about journalism from the 17th century to the 19th century paid attention: (1) to the interaction between journalism, people and society; (2) to the rhetoric of journalism (speech/discourse); (3) to journalism criticism, many times framed by the discussions concerning the

freedom of the press; and (4) to the history of journalism.

Key words: Journalism; journalism history; journalism research history; journalism theory.

Introdução

Ultimamente, e em parte devido ao trabalho de pesquisadores lusófonos (por exemplo: Marocco e Berger, 2006; Marques de Melo, 2006: 15-17), tem-se assistido a uma renovação do interesse pela génese dos estudos jornalísticos e pelo entendimento de como este campo específico do saber e do conhecimento se constituiu historicamente (ver, por exemplo: Hardt, 1979; Casasús e Ladevéze, 1991). Não obstante, trabalhos de síntese teórica recente (por exemplo: Traquina, 2002; Zelizer, 2004; Shoemaker e Reese, 1996; Pena, 2005; Sousa, 2000) têm, de certa forma, ignorado os contributos dos pioneiros do campo do jornalismo para a definição desta área específica do saber, o que atraiça a memória histórica, despreza a origem de algumas das correntes contemporâneas dos estudos jornalísticos e, em termos pessoais, é injusto para com os teóricos que primeiro estruturaram essa área do saber, que deveriam ser evocados e celebrados e não esquecidos e ignorados. Conhecer a obra dos pioneiros do campo do jornalismo contribui, aliás, para responder a uma questão fundamental: Como se originaram e estruturaram os estudos jornalísticos? O presente texto é uma contribuição para a resposta a essa questão. Foi nossa intenção trazer ao conhecimento público alguns dos contributos aos estudos jornalísticos que foram dados por alguns dos teóricos que se debruçaram

sobre o jornalismo entre os séculos XVII e XIX, evidenciando a génese europeia deste campo de conhecimento e as grandes áreas em que o mesmo se estruturou. Não procurámos fazer um inventário exaustivo de todos os autores e das respectivas contribuições, mas tão só mostrar com alguns exemplos, alguns mais conhecidos do que outros, como o campo dos estudos jornalísticos se foi formando e delimitando a partir das preocupações dos intelectuais europeus que se começaram a preocupar com as notícias e os jornais a partir do século XVII.

1 A génese do campo científico dos Estudos Jornalísticos

Se excluirmos as propostas de filósofos gregos como Platão (relações entre discurso e realidade) ou Aristóteles (caracterização do acto discursivo) e ainda as críticas dos pensadores romanos (como Séneca) aos conteúdos das *Actas Diurnas* ou mesmo as advertências medievais contra as notícias que atentavam contra a religião ou o sistema, pode dizer-se que a pesquisa e reflexão académicas sobre o jornalismo começaram no século XVII.

Não foi por acaso que os teóricos se começaram a preocupar com o jornalismo no século XVII, já que este foi o século em que os jornais periódicos se foram afirmando. Assim, alguns intelectuais consideraram que o fenómeno merecia atenção, em particular na Alemanha¹ e no Reino Unido, mas não só, já que em Portugal também Luís Marinho Azevedo (1644) reflectiu sobre as relações entre jornalismo e verdade.

¹ No século XVII a Alemanha ainda não existia como país, mas referimo-nos àquilo que se passava no actual território da Alemanha.

O pioneirismo alemão e britânico no que toca à pesquisa em jornalismo também não sucedeu por acaso.

A Alemanha, graças à reforma protestante, foi um dos países onde a alfabetização mais progrediu, acompanhando o progresso geral e o enriquecimento económico, criando condições para o consumo de periódicos. A fase de conflito que o país viveu durante a guerra dos Trinta Anos também intensificou o interesse pelas notícias periódicas.

Por seu turno, o Reino Unido viveu no século XVII um dos períodos mais conturbados da sua história, devido aos conflitos militares e políticos que o país atravessou. Essa conjuntura gerou a aparição de um jornalismo de cariz político-noticioso, partidário e combativo. Foi a primeira vez que se usaram os jornais como arma política. O triunfo do parlamentarismo sobre o absolutismo permitiu, nesse quadro, a aparição de um modelo normativo e funcional de jornalismo baseado no princípio da *liberdade de imprensa*. O modelo britânico de jornalismo de meados do século XVII enformou, assim, o modelo Ocidental de jornalismo, praticado em todos os estados democráticos de direito.

Assim, foi na Alemanha que, aparentemente, pela primeira vez se procurou caracterizar o território do jornalismo e das notícias. Em 1629, o académico alemão Christophorus Besoldus tentou caracterizar as notícias sob o ponto de vista jurídico, na sua obra *Thesaurus Practicus*. Foi nela que pela primeira vez se usou a expressão "Neue Zeitungen" ("periódico de novidades") para referir os jornais (Casasús e Ladevéze, 1991: 52). A associação da ideia de jornalismo ao aparecimento *periódico de notícias* é um contributo relevante para o entendimento do jornalismo.

Em 1630, o jurista Ahasver Fritsch abordou a problemática do uso e abuso nas notícias no livro *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu*. Adoptou, então, se recorrermos à contemporânea metáfora de Umberto Eco, um discurso mais apocalíptico que integrado em relação aos efeitos alegadamente perversos do jornalismo, tendo aconselhado as pessoas a não crer em tudo o que liam. Pela primeira vez, foi esboçada uma crítica ao jornalismo nascente.

Em 1644, em Inglaterra, John Milton fez o primeiro discurso moderno a favor da liberdade de imprensa (*Aeropagítica*), considerando que havia vantagens em que os cidadãos pudessem editar livros e jornais e tivessem acesso aos mesmos. A discussão sobre a liberdade e a responsabilidade individual e, por consequência, sobre a liberdade de imprensa seria retomada vezes sem conta até à actualidade, como fez Thomas Hobbes, no livro *Leviathan* (1651), desde um ponto de vista crítico a essa liberdade.

Em 1685, Christian Weise publicou, em Leipzig, a primeira análise de conteúdo da história sobre jornais, neste caso sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676, intitulada *Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676*, apêndice do livro *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum* (parece ter sido também publicada autonomamente em 1676). No texto, Weise assumiu uma visão mais integrada do que apocalíptica e mostrou acreditar no valor formativo, informativo, utilitário e pedagógico do jornal diário.

Também na Alemanha do século XVII, apareceram reflexões sobre o papel do jornal desenvolvidas por Kaspar Von Stieler, Daniel Hartnack, Joham Peter von Ludewig e

Adam Rechenberg. São pequenos ensaios, que nem sempre têm como referente central a imprensa, mas nos quais os autores refletem sobre aspectos tão diversos como se a leitura de periódicos noticiosos é agradável ou desagradável (e o que se deveria fazer para a tornar agradável), se essa leitura é boa ou má para as pessoas, a sociedade e os costumes, e ainda sobre a natureza das notícias, etc.

John Locke, na obra *Ensaio Sobre o Governo Civil*, de 1690, teoriza, igualmente, sobre o papel da imprensa livre numa sociedade democrática e liberal. Nesse mesmo ano, foi apresentada na Universidade de Leipzig a primeira tese de doutoramento sobre jornalismo, por Tobias Peucer, orientado por Adam Rechenberg. Embora não tenha tido a repercussão das ideias de John Milton, John Locke ou Thomas Hobbes, provavelmente por não estar escrita em inglês nem ter sido apresentada numa universidade anglofona, a tese de Peucer inaugura, simbolicamente, a história das Ciências da Comunicação e dos Estudos Jornalísticos e representa, simultaneamente, a consagração académica do jornalismo como objecto de estudo e campo de conhecimento.

1.1 A tese de Tobias Peucer

Quando, em 1690, o alemão Tobias Peucer, um erudito de Görlitz² que tinha estudado teologia e medicina, apresentou, na Universidade de Leipzig, Alemanha, a sua tese doutoral sobre as *relações e relatos de novida-*

² Peucer foi discípulo do professor Christophorus Funci, no Gymnasium de Görlitz, uma pequena cidade incorporada na Boémia desde 1368 mas que em 1635, pela Paz de Praga, passou a depender do eleitor da Saxónia.

*des*³, diríamos hoje sobre jornais e notícias, ou seja, sobre jornalismo, este chegava, pela primeira vez, à Universidade como objecto de estudo doutoral, o que evidencia a importância e o impacto da actividade jornalística na sociedade europeia do século XVII⁴.

Num tempo em que ainda não se falava nem de “jornalistas” nem de “jornalismo” mas em que a imprensa ganhava quotidianamente enorme importância, a tese de Peucer foi o primeiro trabalho académico sobre as notícias sujeito a arbitragem (defesa e avaliação pelos pares), razão pela qual se pode considerar Peucer o progenitor não apenas dos Estudos Jornalísticos como hoje os concebemos, mas também das Ciências da Comunicação.

Peucer debruçou-se sobre os relatos e re-

³ Peucer denominou a sua tese “De Relationibus Novellis”, podendo a terminologia referir-se quer aos periódicos e folhas volantes da época no seu conjunto quer às notícias em si, os relatos (“relationes”) de “novas comunicações” (“novellae”), ou seja, de novidades ou notícias. A sua tese foi orientada pelo Professor Adam Rechenberg.

⁴ O impacto dos autores da Escola Alemã de pensamento jornalístico do século XVII repercutiu-se no século XX graças a vários autores do campo da Periodística, como Otto Gröth e Emil Dovifat, mas também, entre outros, aos seguintes teóricos, citados por Casasús e Ladevéze (1991: 50): Walter Hagemann (Die rede als gegenstand der forschung, *Publizistik*, ano 2, caderno 2, Março-Abril de 1957, pp. 67-73); Heinz Epping (Die N. S.-Rethorik als Politisches Kampf-un Führungsmittel, tese de doutoramento apresentada em Munique, em 1966); Michael Schmolke (Reden und redner vor der Rieghspräsidentenwahlen im Jahre 1932, *Pulizistik*, ano 4, caderno 2, Março-Abril de 1959, pp. 97-117 e Adolph Kolping als Publizist, Munique, 1966). Há que dizer que vários autores espanhóis contemporâneos, como os próprios Casasús e Ladevéze (1991), mas também Faus (1966), Casasús (1988) e Benito (1973) sofrem a influência da Periodística alemã nas suas obras.

lações de novidades (*De Relationibus Novel-
lis*), ou seja, de notícias, ignorando o jorna-
lismo literário e de ideias. Há, assim, um
tom de contemporaneidade no entendimento
peuceriano do jornalismo. Peucer valoriza
e aborda essencialmente a vertente informa-
tiva dos jornais que relatam acontecimentos,
contam novidades, em suma, dão notícias,
percepcionando, claramente, que a comuni-
cação jornalística, embora possa ter outras
finalidades, serve, essencialmente, para *in-
formar*. Esta percepção das qualidades do
trabalho de Peucer é, de resto, corroborada
por Casasús e Ladevéze (1991: 47).

São várias as preocupações denotadas por
Peucer na sua tese. Em primeiro lugar, te-
mos o **conceito de notícia** (ou seja, de *re-
lato de novidades*). A definição peuceriana
de “notícia” é essencialmente descritiva, mas
também actual e universal. Para o autor: 1)
Pode haver *notícias sobre tudo*, mas cada
uma delas refere-se a um facto singular; 2)
As notícias referem-se a *acontecimentos ac-
tuais*, constituindo a respectiva memória; 3)
As notícias trazem *novidades*, são mesmo si-
nónimo de novidades (*novellae*), são relatos
de novidades. Peucer destacou, ainda, que as
notícias são o resultado de uma *selecção* de
acordo com a *actualidade, importância, uti-
lidade e interesse* dos acontecimentos (o que
remete para os conceitos bem contemporâ-
neos de *gatekeeping* e de *critérios de noti-
ciabilidade*). Aliás, a questão da noticiabi-
lidade, aspecto central da Teoria do Jorna-
lismo contemporânea, é central na tese de
Peucer, sendo que ele explica que são vá-
rios os factores que levam um facto a tornar-
se notícia, como, para além dos já explicita-
dos (*actualidade, importância, utilidade, in-
teresse*), o *insólito*, a *referência a pessoas de*

*elite, o interesse cívico, a negatividade e a
variedade temática do noticiário*.

Para Peucer, o “jornalista”, ao publicar no-
tícias, é responsável pela **inclusão ou ex-
clusão de alguns acontecimentos na histó-
ria**, questão central para autores contempo-
râneos como Nora (1977; 1983). Aliás, no
trabalho de Peucer “jornalismo” e história
são, de certa forma, sinónimos. Mas, para
Peucer, os jornais são uma “história desor-
denada” (os jornais desse tempo publicavam
as mais diversas notícias umas a seguir às
outras sem qualquer separador), constituída
por uma miscelânea de assuntos, muitos de-
les mais curiosos do que importantes, e ela-
borada por pessoas mal preparadas, embora a
ambição do “jornalista” devesse ser, segundo
Peucer, a de escrever a história universal, or-
denada.

Peucer observa, apesar de tudo, que vá-
rios **constrangimentos** à produção de noti-
cias podem ocorrer, tal e qual como é pro-
posto pela Teoria do Jornalismo contempo-
rânea, contribuindo para que o jornalista pro-
duza a tal “história desordenada”. Assim,
ele chama a atenção para factores de cons-
trangimento à elaboração de notícias, como
as *condições pessoais*, incluindo a capaci-
dade de *juízo noticioso* (*news judge-
ment*), o *factor tempo*, a *força do mercado*, a
dependência das fontes (Peucer aconselha a
contrastá-las), as *sanções e ameaças de san-
ções* e a *censura prévia*, comum no século
XVII.

Outro elemento central da tese de Peu-
cer, e que muito contribui para lhe dar um
tom contemporâneo, é a atenção dada aos
efeitos do “jornalismo”. De algum modo,
Peucer dá pistas sobre o **efeito de agenda-
mento** (*agenda-setting*), pois admite que os
jornais fornecem assuntos às conversas; so-

bre o **efeito de distanciamento social** (*knowledge gap*) e de modelação social do conhecimento, pois, para Peucer, os jornais são mais úteis a quem já sabe mais; e ainda sobre a ideia dos **usos e gratificações**, já que ele salienta que as pessoas consomem notícias voluntariamente para satisfazerem as suas necessidades e interesses e a sua curiosidade (ou seja, usam os jornais para se sentirem gratificadas).

Finalmente, Peucer também pode ser considerado o autor do **primeiro “manual” de jornalismo**, já que, na sua tese, tratou de dar vários conselhos práticos aos “jornalistas”. Ele defendeu, por exemplo, que a melhor a receita para narrar notícias é respeitar os *elementa narrationis*, ou seja, as regras que mandavam indicar na narrativa o sujeito, o objecto, o tempo, o lugar, a maneira e a causa, o que equivale, em linguagem actual, a referir-se “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “porquê?”. Em resumo, na sua tese Peucer demonstrou que nos relatos actuais de notícias se encontram estruturas importadas da retórica clássica da Antiga Roma e da Antiga Grécia - dito por outras palavras, a notícia pode ser uma reinvenção das formas de contar novidades dos antigos gregos e romanos, mas não é, seguramente, uma forma inteiramente nova de contar o que é novo, e muito menos uma invenção do jornalismo norte-americano.

Peucer aceitava que as notícias fossem estruturadas com base em vários *dispositio* (estruturas), como o *relato cronológico* (que, na visão de Peucer, pressupõe dar às coisas uma “ordem natural”) ou uma redacção “à medida do acontecimento”, enumerando sucessivamente os pontos que parecessem importantes de acordo com uma ordem que não atrapalhasse o raciocínio do leitor. O autor

da primeira tese doutoral sobre jornalismo criticou também a intromissão do estilo pessoal no relato das notícias e preconizou que estas deveriam ser escritas com base num estilo que hoje denominaríamos *factual*, sem manifestações de erudição nem de vulgaridade.

A **ética “jornalística”** também não foi esquecida por Peucer, podendo, em grande medida, ser considerada uma emanção da técnica e das qualidades pessoais de cada “jornalista”. Para ele, as notícias devem ser “verdadeiras e úteis”, pelo que não devem versar irrelevâncias nem futilidades nem ser “envernizadas” ou “adornadas”. Neste âmbito, Peucer pede aos “jornalistas” para serem cautelosos quando recorrem a fontes, sejam elas pessoas ou documentos, pois as fontes podem deturpar os factos, enganando “jornalistas” e leitores. Daí que Peucer defende que o melhor é escrever-se sobre os acontecimentos que se testemunham directamente. Em resumo, Peucer faz uma profissão de fé em valores éticos intemporais do jornalismo, valores esses que, em última instância, lhe propiciam qualidade: *intenção de verdade*, para não enganar os leitores, até porque os jornais transmitem credibilidade; e *falar do que se deve, conhece e é útil* e não do desconhecido e das banalidades sensacionais, por vezes mentirosas ou exageradas, que as pessoas querem saber. A este propósito, Peucer socorre-se de Cícero, para exigir *imparcialidade* aos “jornalistas” e para lembrar que é preciso ter *coragem para dizer a verdade*.

Outra opção ética de Peucer assenta na ideia de que não deve ser publicada informação que “prejudique os bons costumes ou a verdadeira religião, tais como coisas obscenas, crimes cometidos de modo perverso, ex-

pressões ímpias dos homens”, pelo que o autor, dentro do espírito do seu tempo, admite a censura prévia das notícias⁵, ainda que, sobretudo, peça sobriedade e contenção na redacção.

2 O campo do jornalismo: Do século XVII ao século XIX

O triunfo do jornalismo de ideias e do jornalismo partidário, que se centrava no artigo persuasivo, implicou que a reflexão sobre jornalismo ao longo do século XVIII e grande parte do século XIX se tivesse restringido, em grande medida, a duas áreas:

1) A *Retórica*.

Os estudos retóricos foram importantes por via indirecta, já que os “jornalistas” estudavam a forma de melhor persuadir, mas também de melhor contar as novidades. Eram estudados manuais como, em Portugal, o de António Soares Barbosa (1839), autor que tal como Peucer, se baseou nas *Instituições* de Quintiliano para se referir à disposição dos discursos e às questões a respeitar para bem contar novidades (*Quis? Quid? Ubi? Quibus Auxiliis? Cur? Quomodo?*). As gramáticas também eram estudadas, formatando estilos jornalísticos e contribuindo para normativizar e unificar a língua, sendo relevantes, desde logo, as primeiras gramáticas da língua portuguesa, nomeadamente a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Em Espanha, por exemplo, estudavam-se manuais como *Filosofia de la Elocuencia*

(1777, Antonio de Capmany) e *Compendio de Retórica* (1817, Miguel García de la Madrid), enquanto no Reino Unido e um pouco por toda a Europa se lia *Essays on Rhetoric [Lectures on Rhetoric and Belles Lettres]* (1783, Hugh Blair) e em França *Principes de Littérature (par l'Abbé C. Batteux) - Nouvelle Édition Contenant Les Beaux-Arts Réduits à un Même Principe* (Charles Batteux, 1755). 2) A *Liberdade de Imprensa* e a *crítica à imprensa*.

A crítica à imprensa nasceu com as discussões sobre a liberdade de imprensa e os seus eventuais limites. Ao discorrer-se sobre os limites da liberdade de imprensa chegou-se à discussão sobre a ética jornalística.

É de dizer que a liberdade de imprensa foi uma questão delicada durante os três séculos (XVII, XVIII e XIX) que assistiram à violenta desagregação do Antigo Regime, ao triunfo das Luzes e da Razão e à expansão das democracias liberais. Em Portugal, são relevantes os debates sobre liberdade de imprensa que ocorreram no Parlamento saído da Revolução Liberal de 1820 (veja-se, nomeadamente, Dias, 1966), bem como os escritos do prolixo pró-absolutista José Agostinho de Macedo, como o célebre *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios* (1821), de título eloquente, ou, do lado oposto, o de Pedro Cavoé (*Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios Com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados*, 1821). Entre os teóricos da liberdade de imprensa do século XIX deve salientar-se, entre to-

⁵ Isto mostra bem que não devemos julgar os nossos antepassados pelos mesmos valores que analisamos a sociedade actual.

dos, John Stuart Mill (1859), um filósofo para quem a liberdade, incluindo, naturalmente, a liberdade de imprensa, é o mais precioso dos direitos humanos. Há que dizer, porém, que autores como Alexis Tocqueville (na sua obra emblemática sobre *A Democracia na América*, 1835), para quem a liberdade de imprensa é um tema central, começaram a estudar a interação entre jornalismo, democracia e progresso humano, criando pontes para uma outra forma de encarar o estudo da imprensa e do jornalismo que se desenvolveu no século XIX e princípios do século XX: *a imprensa como instituição social*.

Apesar de a retórica e as questões relativas à liberdade de imprensa terem sido as áreas de estudo e reflexão no campo do jornalismo mais relevantes entre o século XVII e as duas primeiras décadas do século XIX, a partir da terceira década de Oitocentos foi preciso começar a contar com outra área de pesquisa: os estudos históricos.

A relação entre jornalismo e historiografia é próxima, como muito bem conta deu, desde logo, o primeiro doutor em Jornalismo no mundo, Tobias Peucer (1690). Assim, como vimos, os conselhos sobre a retórica da escrita da história, nomeadamente as recomendações sobre concisão, precisão, factualidade, verdade, clareza, rigor, crítica às fontes e outras que os historiógrafos deram ao reflectirem sobre o seu próprio ofício influenciaram decisivamente o estilo jornalístico e os próprios valores culturais dos jornalistas enquanto classe profissional.

Por outro lado, as Ciências Históricas contribuem para os estudos jornalísticos fazendo

aquilo que elas melhor sabem, e que é, precisamente, fazer história.

As primeiras histórias do jornalismo começaram a elaborar-se, um pouco por toda a Europa, no século XIX, arrastadas quer pela importância social que a actividade adquiria, quer pelos debates em torno da definição da identidade profissional dos jornalistas. Sendo muitos os livros nesse campo, apenas se referem alguns, a título de exemplo.

Leclerc, em 1838, escreve pela primeira vez sobre as *Actas Diurnas* como fenómeno pré-jornalístico, no livro *Les Journaux Chez les Romains*. Em 1845, Prutz deu à estampa o seu celebrado livro sobre a génese do jornalismo alemão, recordando que a Alemanha já possuía diários no século XVII. No Reino Unido, Alexander Andrews (1859) publicou uma monumental história do jornalismo britânico, a que se seguiram estudos similares de Bourne (1887). Eugène Hatin (1859-1864) escreveu uma monumental obra em oito volumes sobre a história política e literária da imprensa francesa, a que se seguiu, em 1866, um ensaio bibliográfico e estatístico sobre o aparecimento e desenvolvimento da imprensa periódica na Europa e nas Américas. O alemão Ludwig Salomon (1900-1906) elaborou, por seu turno, uma história da imprensa alemã, com especial ênfase para o período até 1850, na qual resgata, em particular, os contributos dos primeiros diários alemães do século XVII para o desenvolvimento do jornalismo. Nos Estados Unidos, o interesse pela história do jornalismo também foi despoletado no século XIX, com o trabalho de Hudson (1873).

Um outro tipo de livros coadjutor do campo dos estudos jornalísticos é constituído pelas obras hemerográficas (inventários de

livros e artigos sobre um determinado tema, neste caso o jornalismo) e bio-bibliográficas (biografias e bibliografias de jornalistas, memórias de jornalistas, etc.). As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX são bastante ricas nesse tipo de estudos. Casasús e Ladevéze (1991: 55) registam, a título de exemplo, várias obras desse tipo somente entre as que foram publicadas em Espanha: Juan Cormitas (*Suplemento a las Memorias para Ayudar a Formar un Diccionario Crítico de los Escritores Catalanes y Dar Alguna Idea de la Antigua y Moderna Literatura de Catalunya que en 1836 Publicó el Excmo. e Ilmo. Señor Don Félix Torres Amat*, Burgos, 1849); Josep Pella i Forgas (*Periodisme. Estudis Històrics del de Catalunya*, Barcelona, 1879); Marqués de la Vega de Armijo (*El Periodismo en los Estados Unidos*, Madrid, 1884); Enric Claudi Girbal (*El Periodismo en Gerona*, Gerona, 1894); Antonio Elías de Molins (*El Periodismo en Cataluña desde Medios del Siglo XVII*, Madrid, 1899), etc. Em Portugal, podemos citar, por exemplo, os trabalhos histórico-hemerográficos de Gracias (1880), Leal (1898), Noronha (1857), centrado na tipografia, e Pereira (1895 e 1897).

3 O estudo da imprensa como instituição social no século XIX

Foi ao longo do século XIX, em especial no seu último quartel, que a pesquisa e a reflexão sobre o jornalismo se tornaram sistemáticas e foram absorvidas pelas ciências humanas e sociais nascentes, procurando responder aos problemas levantado pela industrialização e popularização da imprensa. São vários os “pais fundadores” dos Estudos

Jornalísticos dessa época. Filósofos como Karl Marx, sociólogos como Tarde, Knies e Schäffle e sociólogos-politólogos como Tocqueville, entre outros, deram um contributo relevante para o desenho da reflexão e pesquisa contemporâneas sobre jornalismo.

Entre os primeiros autores a encarar a imprensa como uma instituição social problemática estão os alemães Knies e Schäffle ou mesmo, até certo ponto, Karl Marx. Eles perceberam que o estudo do jornalismo não pode ser reduzido à retórica, à questão da liberdade de imprensa e ao seu papel para o progresso das sociedades e dos indivíduos. Para eles, haveria que perceber, por exemplo, a relação entre o estado, o poder e a imprensa numa sociedade capitalista (Marx...) e o papel do jornalismo na formação da opinião pública (Schäffle, Tarde...). Vários desses autores, como Knies e Schäffle, argumentaram, genericamente, que a imprensa e os novos meios de comunicação criados pela Revolução Industrial têm o poder de transformar a sociedade numa grande *comunidade*, pois seriam capazes de funcionar como força coesiva da sociedade, colocando as pessoas, ainda que afastadas, em contacto, promovendo a mútua compreensão e entendimento. Esta visão alemã foi-se espalhando pela Europa (por exemplo: Braga, 1884) e exportou-se para os Estados Unidos, pois vários académicos americanos, como Robert Park, fizeram parte da sua formação na Europa. Os americanos, por sua vez, influenciaram canadianos como Harold Innis, precursor de McLuhan. Acabou, aliás, por ser nos Estados Unidos que a pesquisa sobre jornalismo enquanto instituição social mais floresceu, graças à pujança e empreendedorismo da Academia e da Sociedade desse país, justamente assente na ideia da força da inicia-

tiva privada e do direito à prosperidade individual e à felicidade. Pode dizer-se mesmo que foi em Chicago, graças à fundação do primeiro departamento universitário de sociologia na universidade dessa cidade, em 1892, por Albion Small, que se fundou a primeira “escola” de pensamento comunicacional, baseada na ideia do interaccionismo simbólico (em suma, a sociedade estruturase com base nas relações interpessoais significantes, que quando são estáveis dão origem às instituições sociais).

Em alguns casos, os autores europeus que primeiro reorientaram o estudo da comunicação social, incluindo o jornalismo, para o seu carácter *processual* e de *instituição social*, não estavam exclusivamente preocupados com os *media*. Os alemães Albert Schäffle e Karl Knies, por exemplo, desenvolveram as suas ideias, no decurso do século XIX, num quadro macro-sociológico. Para eles, a comunicação integra-se no contexto social e, particularmente, no contexto económico. *A comunicação social e os media são, assim, vistos como mais uma realidade social, em particular económica e política, que contribui para o todo social.* Aliás, alguns sociólogos norte-americanos, como Albion Small, Edward A. Ross e William Graham Sumner, apresentam ideias coincidentes com as dos teóricos alemães no que respeita ao estudo da comunicação social como instituição social, mesmo que aplicadas ao contexto particular dos Estados Unidos, o que sugere um intenso intercâmbio de ideias entre os dois lados do Atlântico. No entanto, na Europa a pesquisa e reflexão foram-se progressivamente orientando para a esfera crítica (em particular, a partir do início do século XX, para a *crítica do jornalismo num sistema capitalista*). Por exem-

plo, a imprensa foi acusada de ser corruptora dos costumes, da moral e do bem-estar da sociedade por vários pensadores e literatos europeus do final do século XVIII e do século XIX, como Lasalle, Goethe, Schelling, Fichte e Hegel (*cit. in* Hardt, 1979: 67).

De qualquer modo, quer na Europa quer nos Estados Unidos foi-se inculcando, ao longo do século XIX e princípios do século XX, a visão de que os *media* são instituições sociais. Assim, os *media* podem ser estudados sob perspectivas **sociais (económicas e políticas), ideológicas e culturais.**

4 Outros contributos pioneiros para a génese do jornalismo como campo de estudos e de conhecimento até ao século XIX

É tarefa impossível inventariar todas as contribuições individuais e colectivas dadas, um pouco por todo o mundo, ao estudo do jornalismo ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, em conexão com a industrialização do jornalismo e a aparição da imprensa comercial “de massas” (Novo Jornalismo), bem como, seguidamente, com a emergência dos meios electrónicos de comunicação (rádio e televisão), cedo aproveitados pelo jornalismo, tal e qual como acontecia com o cinejornalismo.

Primeiro, podemos talvez dizer que as contribuições europeias ao estudo do jornalismo não se ficaram por aquelas que foram acima equacionadas. Mesmo na Alemanha, existiram outros autores, além dos citados Knies e Schäffler, que também foram importantes para definir as orientações das primeiras pesquisas sobre jornalismo. Por exem-

plo, Wuttke (1875) tentou mostrar que a imprensa contribuiu para a emergência da opinião pública.

Seguidamente, é talvez necessário lembrar que embora os primeiros grandes teóricos do jornalismo tivessem sido europeus, desde o século XIX que pesquisadores norte-americanos deram importantes contributos ao estudo do jornalismo. Por exemplo, a primeira análise de conteúdo de jornais usando métodos quantitativos contemporâneos data de 1893, ano em que John Gilmer Speed comparou quatro jornais de Nova Iorque (*New York Times*, *Tribune*, *Sun* e *World*), usando como unidade o cm/coluna e categorizando o conteúdo em 13 categorias. Os resultados mostraram que os conteúdos nos quatro jornais quase tinham triplicado no espaço de um ano, mas também mostraram que esse aumento se devia mais à proliferação de notícias sobre escândalos, crime (com excepção do *Sun*) e rumores do que sobre “acontecimentos sérios”. Assim, Speed (1893) concluiu que o jornalismo estava a deteriorar-se e que os cidadãos não estavam a ter a informação de que necessitavam para viver numa sociedade urbana. Muitos outros autores começaram a usar a análise quantitativa de conteúdo, sendo notável aquela que foi empreendida por Delos Franklin Wilcox (1900), que analisou 240 diários publicados nos Estados Unidos, em inglês e noutras línguas, entre 1898 e 1899, tendo comparado a evolução do conteúdo com a evolução na circulação, pois já existiam dados fiáveis sobre circulação de jornais, por causa das exigências da indústria publicitária. Wilcox chegou à conclusão de que o aumento do sensacionalismo aumentava a circulação.

Finalmente, uma palavra de atenção para os manuais de jornalismo, que se foram tor-

nando comuns no final do século XIX, graças aos cursos superiores de jornalismo, que davam os primeiros passos. Esses manuais, a seu modo, contribuíram para a teorização do jornalismo a partir do século XIX. O de Alfred Kingstone (1898), por exemplo, dava conselhos sobre o acesso à profissão, redacção jornalística, entrevista e cobertura de diversos tipos de acontecimentos.

Conclusões

Três grandes conclusões podem ser extraídas da breve exposição sobre a génese dos estudos jornalísticos até ao século XIX que aqui empreendemos:

1. Os Estudos Jornalísticos surgem na Europa Setecentista, em particular na Alemanha, sendo momento marcante a tese de Tobias Peucer (1690). A Academia da época teve necessariamente de prestar atenção a um quotidiano modificado pela presença dos jornais, em particular dos *jornais noticiosos diários*⁶.
2. O pensamento jornalístico europeu do século XVII providenciou a matriz em que se desenvolveram os Estudos Jornalísticos posteriormente, pois deu atenção: (1) à interacção entre jornalismo, pessoas e sociedade; (2) à retórica do jornalismo, o que equivale a dizer que deu atenção ao discurso jornalístico e

⁶ O carácter noticioso do jornalismo nunca se perdeu, ao contrário do que por vezes se escreve. Mesmo a “imprensa partidária” dos séculos XVIII e XIX publicava notícias, ainda que muitas vezes enquadradas pela ideologia servida pela publicação. É por isso que os escritos sobre jornalismo, em particular a partir do século XVII (recorde-se Peucer, 1690), se preocupam bastante com as notícias.

aos géneros e estilos jornalísticos; (3) à crítica ao jornalismo, o que conduziu às discussões sobre a liberdade de expressão e de imprensa e às discussões sobre ética e deontologia jornalísticas. No século XIX, a historiografia do jornalismo juntou-se às três áreas anteriores. Houve, certamente, aprimoramentos e avanços na teorização sobre jornalismo, mas muitas das grandes ideias sobre jornalismo que (erroneamente) situamos no século XX são anteriores. Podem não ter sido formuladas usando os termos que hoje em dia usaríamos, mas existem e é preciso recuperá-las para percebermos a evolução histórica da teorização sobre jornalismo.

3. Os primeiros autores que desenvolveram cientificamente o campo dos Estudos Jornalísticos, especialmente aqueles que o inseriram no campo científico das ciências humanas e sociais durante o século XIX, foram europeus. O jornalismo e a teorização sobre ele são de génese europeia e só depois se estenderam a países como os Estados Unidos e outros. Ignorar os contributos que foram legados à pesquisa e reflexão sobre jornalismo pelos pesquisadores e pensadores europeus desde o século XVII é cientificamente tão equivocado como desprezar os contributos dos autores posteriores, dos mais diversos países, para o entendimento do que foi e é o jornalismo e quais as interações que esta nobre actividade estratégica de comunicação social estabeleceu e estabelece com os indivíduos e as sociedades ao longo da história, em função da cultura subjacente a cada momento histórico. É ób-

vio que as limitações humanas obrigam sempre um autor a privilegiar determinada orientação e a escolher determinadas fontes, mas o que não é óbvio é ignorar a memória histórica da pesquisa em jornalismo. Assim, é possível estabelecer linhas de influência entre os precursores do campo científico dos Estudos Jornalísticos. Os fundadores europeus do campo no século XVII influenciaram os autores europeus do século XIX que desenvolveram o pensamento jornalístico enquadrando-o nas ciências sociais e humanas emergentes. A Escola de Chicago bebeu grande parte das suas preocupações e ideias nessa matriz proporcionada pelos pesquisadores europeus. Os teóricos de Chicago influenciaram a Escola de Toronto ou Escola Canadense (através de Innis) e também o Funcionalismo e as suas posições desaguaram na grande escola de pensamento jornalístico e comunicacional contemporânea que poderíamos comumente designar por Sociologia Interpretativa, muito marcada pelas perspectivas construtivistas. Os métodos empíricos, que já tinham sido usados por autores europeus do século XVII, foram recuperados e reformulados por pesquisadores norte-americanos e europeus do século XIX e XX. Por outro lado, a crítica ao jornalismo também se iniciou na Europa, sendo de salientar, neste particular, as ideias de Marx, que redireccionaram o pensamento crítico sobre a comunicação para as questões da ideologia e influenciaram o pensamento da Escola de Frankfurt e de autores como Gramsci. A evolução da pesquisa em jornalismo permitiu, inclu-

sivamente, uma certa miscigenação das ideias e métodos de pesquisa, como é visível hoje em dia, em que mais do que seguir uma escola teórica vários autores tentam aproveitar o que de relevante lhe podem dar as várias escolas.

Bibliografia

- ANDREWS, A. (1859). *History of British Journalism*. 2 vols. London: Richard Bentley.
- AZEVEDO, Luís Marinho (1644). *Apolo-gia Militar en Defensa de la Victoria de Montijo Contra las Relaciones de Castilla, y Gazeta de Genoba, que la Calumniaron Mordaces, y la Usurpan Maliciosas*. Lisboa: Imprensa de Lorenzo de Anveres.
- BARBOSA, A. S. (1839). *Subsídios para o Estudo da Retórica pelas Instituições de Quintiliano*. Porto: Tipografia Comercial Portuense.
- BARROS, J. de (1540). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Luís Rodrigues.
- BATTEUX, Charles (1755). *Principes de Littérature (par l'Abbé C. Batteux). Nouvelle Édition Contenant Les Beaux-Arts Réduits à un Même Principe*. Göttingue et Leide: E. Luzac fils.
- BESSA, A. (1904). *O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.
- BLAIR, Hugh (1783). *Essays on Rhetoric [Lectures on Rhetoric and Belles Lettres]*. London: Vernor & Hood. [Este livro foi traduzido na Alemanha, 1785/1786; na França, 1797; em Espanha, 1816; na Itália, 1846, servindo, portanto, jornalistas de toda a Europa.]
- BOURNE, H. R. F. (1887). *English Newspapers. Chapters in the History of Journalism*. S/l: Chatto & Windus.
- BRAGA, T. (1884). *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro & Irmão.
- CAPMANY, A. (1777). *Filosofía de la Elo-cuencia*. Madrid: Imprensa de D. Antonio de Sancha.
- CASASÚS, J. M. e NÚÑEZ LADEVÉZE, L. (1991). *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona: Ariel.
- CAVROÉ, P. A. (1821). *Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios Com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIAS, A. da C. (1966). *Discursos Sobre Liberdade de Imprensa no Primeiro Parlamento Português 1821: Textos Integrais*. Lisboa: Portugalíia.
- GARCIA DE LA MADRID, Miguel (1817). *Compendio de Retórica Sacado de los Autores de Mejor Nota*. Barcelona: Brusi.
- GRACIAS, J. A. I. (1880). *A Imprensa em Goa nos Séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos Histórico-Bibliográficos*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

- HARDT, Hanno (1979). *Social Theories of the Press. Early German & American Perspectives*. Beverly Hills: Sage.
- HATIN, E. (1859-1864). *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*. 8 vols. Paris: Pulet-Malassis & de Broise.
- HATIN, E. (1866). *Bibliographie Historique et Critique de la Presse Périodique Française, Précédé d'un Essai Historique et Statistique sur la Naissance et le Progrès de la Presse Périodique dans les Deux Mondes*. Paris : Firmon-Didot.
- HOBBS, T. (1651/1995). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil [Leviathan]*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- HUDSON, F. (1873). *Journalism in the United States, From 1690 to 1872*. New York: Harper.
- KINGSTON, A. (1898). *Pitman's Popular Guide to Journalism*. London: Sir Isaac Pitman & Sons.
- KNIES, K. (1857). *Der Telegraph als Verkehrsmittel*. Tübingen: Verlag der Laupp'schen Buchhandlung.
- KURTH, K. (1944). *Die Ältesten Schriften Für und Wider die Zeitung: Die Urteile des Christophorus Besoldus (1629), Ahasver Fritsch (1676), Christian Weise (1676) und Tobias Peucer (1690) Über der Gebrauch und Misbrauch der Nachrichten*. München: Rohrer.
- LE CLERC, J. V. (1838). *Les Journaux Chez les Romains*, Paris: Firmin Didot.
- LEAL, S. C. da S. (1898). *Jornais Indo-Portugueses. Publicação Comemorativa da Exposição da Imprensa Realizada em Maio de 1898 Contendo a Descrição dos Jornais Publicados em Goa, Damão, Diu e Bombaim Desde 1821 Até ao Presente*. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.
- LOCKE, John (1689/1833). *Tratado Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil, Traduzido Para Português Por João Oliveira de Carvalho*. London: Ricardo Taylor. [Publicado originalmente em 1689.]
- MACEDO, J. A. de (1821). *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- MAROCCO, B. e BERGER, C. (Orgs.) (2006). *A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre: Sulina.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1845-1846/1932/1970). *The German Ideology*. New York: International Publishers [Publicado integral e originalmente em 1932, mas escrito entre 1845 e 1846. Vários excertos da obra foram publicados em textos dispersos ao longo do século XIX.]
- MELO, J. M. de (2006). *Teoria do Jornalismo. Identidades Brasileiras*. São Paulo: Paulus.
- MILL, J. S. (1859/1976). *Da Liberdade de Pensamento e de Expressão*. Lisboa: D. Quixote. [Extraído de *On Liberty*, de 1859.]

- MILTON, J. (1644/1999). *Aeropagítica. Discurso Pela Liberdade de Imprensa ao Parlamento de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- NORA, P. (1977). O regresso do acontecimento, in AA. VV. *Fazer História*. Venda Nova: Bertrand.
- NORA, P. (1983). O acontecimento e o historiador do presente, in AA.VV. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70.
- NORONHA, T. de (1857). *Ensaio Sobre a História da Imprensa*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemand & C^a.
- OLIVEIRA, F. de (1536). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Germão Galhardo.
- PENA, Felipe (2005). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- PEREIRA, A. X. da Silva (1895). *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Lisboa: Tipografia Soares. BN: B. 5853 V.(Usual de referência) H.G. 7631 V. H.G. 7632 V.
- PEREIRA, A. X. da Silva (1897). *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Menciona-*
- dos na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada*. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva. BN: B. 7973 V.
- PEUCER, T. (1690/2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)
- PRUTZ, R. E. (1845/1971). *Geschichte des Deutschen Journalismus*. Göttingen: Vandernhoeck & Ruprecht, 1971. [Publicado originalmente em 1845].
- ROSS, E. (1903-1904). Moot points in sociology. Part II – Part IV. *American Journal of Sociology*, n.º 9.
- ROSS, E. (1904-1905). Moot points in sociology. Part VI. *American Journal of Sociology*, n.º 10.
- SALOMON, L. (1900-1906). *Geschichte des Deutchen Zeitungwesens*. 3 vols. Leipzig : Schartz.
- SCHÄFFLE, A. (1881). *Bau und Leben des Sozialen Körpers*. Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung.
- SHOEMAKER, P. e REESE, S. D. (1996). *Mediating the Message. Theories of Influences on Mass Media Content*. Second edition. White Plains: Longman.
- SMALL, A. (1905). *General Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

- SMALL, A. e VINCENT, G. (1894). *An Introduction to the Study of Society*. Chicago: American Book.
- SOUSA, J. P. (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva.
- SOUSA, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição. Porto: UFP.
- SPEED, J. G. (1893, Agosto). Do newspapers now give the news? *Forum*, August 1893.
- SUMNER, W. G. (1906). *Folkways. A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores and Morals*. Boston: Ginn.
- TARDE, G. (1901). *L'Opinion et la Foule*. Paris: Alcan.. [Consultada a versão: TARDE, G. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992].
- TOCQUEVILLE, A. de (1835). *De la Démocratie en Amérique*. Paris: Gosselin.
- TRAQUINA, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- WILCOX, D. F. (1900). The American newspapers: A study in social psychology. *Annals of the American Academy of Political Science*, vol. 16.
- WUTTKE, H. (1875). *Die Deutsch Zeitschriften und die Entstehung der Öffentlichen Meinung*. Leipzig: Kruger.
- ZELIZER, B. (2004). *Taking Journalism Seriously. News and the Academy*. Beverly Hills: Sage.